

Quadro Negro



CNTE CONTEE



Impresso Especial

04852001DR/BSB/ECT
SINPRO-DF

CORREIOS

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXV - Nº 135 - Março e Abril/2004

Campanha Salarial de 2004

Professores podem entrar em greve se o GDF não pagar os salários pela nova tabela

Os professores da rede pública do DF, reunidos em assembléia no dia 27 de março, aprovaram **uma nova assembléia para o próximo dia 13 de abril, a partir das 9h30, no Mané Garrincha, com paralisação e indicativo de greve**, caso o GDF não pague os salários de março de acordo com a nova tabela do Plano de Carreira, aprovado no final do ano passado pela Câmara

Legislativa e sancionado em fevereiro pelo governador.

Se o pagamento for feito de acordo com a nova tabela salarial, a próxima assembléia será **apenas no dia 28 de abril, às 15h30, no Mané Garrincha, com compactação de horário**.

A assembléia aprovou a pré-pauta de reivindicações da campanha salarial deste ano, que será enviada às esco-

las para debate entre os professores, discussão nas assembléias regionais e aprovação na assembléia geral.

A assembléia aprovou também uma moção de repúdio à secretária de Educação Maristela Neves, pela insistência em tentar depreciar e desqualificar a categoria, como demonstrou em recente

entrevista num programa de televisão.

Foi decidido que será aberto o debate sobre reforma sindical nos informativos do Sindicato, de forma a possibilitar ampla compreensão da categoria sobre o que está sendo discutido pelas centrais sindicais, representantes do governo e do empresariado.



Assembléia aprovou indicativo de greve caso o GDF não pague os salários conforme o novo Plano de Carreira



25
anos
em defesa da educação

PARA LER E GUARDAR
Caderno Especial resgata a história do nosso Sindicato.

A ditadura militar e o golpe de 64

Na tarde daquela quinta-feira, 19 de março de 1964, mais de 300 mil pessoas marcharam pela cidade de São Paulo. Organizada pela direita católica, com apoio da Tradição Família e Propriedade (TFP – organização de direita) e composta basicamente pela classe média, até mesmo com a presença de senhoras da “alta sociedade”, a Marcha com Deus e a Família foi a resposta do conservadorismo paulista ao comício da Central do Brasil, ocorrido no dia 13 de março anterior, quando o presidente Jango Goulart proclamou as reformas de base, a começar pela reforma agrária. Estava montado o cenário para o golpe militar, o período mais autoritário de toda a história do Brasil.

Com o apoio de governadores ultraconservadores como Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, e Ademar de Barros, de São Paulo, os militares tomaram o poder alegando a “ameaça do comunismo”.

O presidente Jango Goulart foi deposto em pleno vôo. Partiu de Brasília em direção a Porto Alegre e, antes que o avião pousasse, havia sido deposto, com um Congresso Nacional acovardado declarando o cargo vago. Aí começou o martírio do nosso povo. Foi empossado provisoriamente como presidente da República o medíocre deputado paulista Ranieri Mazzilli, com um único objetivo: convocar um colégio eleitoral para eleger o Marechal Castelo Branco. O primeiro ditador militar baixou ato institucional cassando dezenas de mandatos políticos, fechou sindicatos, associações profissionais, perseguiu militantes de esquerda e cancelou a eleição presidencial



do ano seguinte, cuja favorito era o ex-presidente Juscelino Kubistchek.

Começava a ditadura militar que perduraria por 21 anos. Em 1968, com o ato Institucional nº 5, baixado no dia 13 de dezembro, os militares fecham as portas para qualquer conciliação: é implantada a censura, são cassados mandatos, fecha-se o Congresso, é suspenso o habeas corpus, revogada a Constituição, instituído o banimento e liberadas a tortura e os assassinatos.

A ditadura começa com o agravamento da crise econômica. O Brasil havia crescido, desde o início da era Vargas, de forma espetacular, transformando uma economia meramente



agrária em um país com forte parque industrial. Em 1963, porém, começam os problemas: o crescimento do país cai para 0,2%, a inflação saltou de 42,2% para 88,4%, os investimentos reduziram-se, o desemprego aumentou.

A ditadura acabou com a estabilidade no emprego e colocou em seu lugar o Fun-

do de Garantia. Criou a correção monetária, o Banco Central, o Banco Nacional de Habitação, a Lei de Mercado de Capitais. Elaborou projetos faraônicos, como a usina nuclear de Angra I e a Transamazônica. Resultado: depois de mais de 20 anos de governo, o Brasil viu a renda média do trabalhador cair mais de 30%, o pagamento de juros atingir 4% do Produto Interno Bruto (PIB), a dívida externa passar de cerca de US\$ 2 bilhões para US\$ 100 bilhões, a renda dos mais ricos concentrar 65% de toda a riqueza do país, enquanto a dos mais pobres caiu para apenas 12%.

De lá pra cá é uma história conhecida. Sarney tentou o Plano Cruzado e deu no que deu. Collor abriu o país para o neoliberalismo e entregou o que a ditadura não conseguiu para o capital financeiro internacional. Fernando Henrique tratou de firmar os acordos mais espúrios com o Fundo Monetário Internacional e deixou o Brasil pagando mais de 120 bilhões de

dólares de juros anuais. Agora, temos um governo democrático, efetivamente voltado para atender as necessidades da população, principalmente a de baixa renda, mas que tem de construir tudo aquilo que a ditadura e os fernandos destruíram em mais de trinta anos.

Campanha Salarial de 2004

Negociações com o GDF mostram que descaso continua o mesmo

No dia 26 de março, antes da assembleia, a Comissão de Negociação do Sindicato estivesse com representantes do GDF para negociar questões pendentes. Veja o resultado das negociações:

1. PLANO DE CARREIRA – O GDF informou que a folha de pagamento do mês de março está sendo preparada de acordo com as novas tabelas, mas não dá garantia de que o pagamento será feito com os novos valores.

2. AUXÍLIO-TRANSPORTE – Os professores que moram no entorno do DF voltarão a receber o auxílio-transporte em pecúnia a partir deste mês. Com

relação aos professores que moram no DF, o secretário de Assuntos Sindicais ficou de dar uma posição sobre o assunto, urgente. Até o fechamento desta edição, o governo não havia dado a resposta. É importante lembrar que o GDF se comprometeu, em fevereiro de 2003 (13 meses atrás), que garantiria à categoria o direito de optar por receber em dinheiro ou vales e até o momento não cumpriu o acordo.

3. MAUS TRATOS NA GERENCIA DE PERÍCIA MÉDICA (antigo NAMO) – O SINPRO fez novas denúncias do desrespeito da GPM. O governo ficou de, em 15 dias, apresentar uma proposta para o problema.

4. PENDÊNCIAS FINANCEIRAS – O GDF informa que existem seis folhas pendentes, sendo uma de dezembro de 2002 e cinco de 2003. Informou que tão logo seja processada a folha de pagamento com as novas tabelas, irá encaminhar as folhas pendentes para a Secretaria de Fazenda fazer o pagamento. Com relação aos dias de paralisação de 1999 e 2003, não há posição sobre o pagamento.

5. DECRETO 24.357 – A Secretaria de Educação afirmou que não está aplicando o decreto que determina a redução de carga horária para os professores que entrarem de licença.

6. LICENÇA-PRÊMIO – O governo

informou que está concedendo licenças-prêmio nos seguintes casos: quem está em véspera de se aposentar; quem está em fase final de mestrado ou doutorado; quem está de licença maternidade, ou ainda em casos que a concessão da licença não implique em abertura de carência para a contratação de substituto.

Em tempo: Na assembleia conjunta com professores das escolas particulares foram eleitos os cinco nomes que comporão a Comissão Eleitoral para as eleições do Sindicato. São eles: Rosileide Maria de Moraes (Rolé) de Sobradinho; Maria Aparecida Júnior (Cida), aposentada; Ruitter José de Lima, aposentado; Olímpio Lourenço, do Gama e Cosmo José Ribeiro, Paranoá.

Escolas Particulares

Um jeito diferente de ensinar?

O Sinpro torna público o constrangimento a que foram submetidos professores do colégio **Galois**, em reunião do Conselho de Classe. A diretora do colégio invadiu a sala onde ocorria o Conselho e, de forma evidentemente descontrolada e intimidadora, sugeriu que o grupo “trabalhasse mais e fofocasse menos”. Sem contextualizar o motivo de sua fúria, agrediu verbalmente os presentes, demitiu de forma humilhante uma professora e fez acusações levianas e improcedentes. Parece ser comum a esta diretora a prática do autoritarismo, mas dessa vez ela extrapolou todos os limites do bom senso. Um educador – esteja ele em sala de aula ou detrás de cargos burocráticos – deve ser um exemplo de ética e tolerância (valores que a senhora diretora parece desconhecer). O **Galois**, afinal, não tem um jeito diferente de ensinar, mas sim o jeitinho universal de enganar os ingênuos, escondendo a verdade por trás de belas fachadas.

Sinpro entrega pauta aos patrões

O Sindicato dos Professores já encaminhou a pauta de reivindicações dos professores da Educação Básica, Ensino Fundamental e do Ensino Superior aos sindicatos patronais (Sinepe e Sindepes). Além de cláusulas sociais, estamos reivindicando a reposição da inflação mais 15% de aumento real, o que significa cerca de 22% de reajuste.

As propostas de pauta foram aprovadas nas últimas assembleias realizadas pela categoria. A hora é de mobilização para dobrar a histórica intransigência dos patrões. Participem das assembleias. Todos à luta para garantir boas negociações!

Demissões arbitrárias se repetem ano a ano

A ansiedade toma conta dos professores das escolas e faculdades particulares quando o fim de ano se aproxima, porque é neste período que alguns recebem o “bilhete azul” de seus patrões. Estão na “corda bamba” e esperam não engrossar a lista dos desempregados.

No período (dezembro de 2003 a janeiro de 2004) foram demitidos 1.086 professores. Salientamos uma situação que infelizmente vem se repetindo: grande parte dos demitidos são professores “antigos de casa”, com 10 ou mais anos de serviços prestados à escola.

Perguntamos: por que será? Será que não estão adaptados ao sistema? Este absurdo ouvimos de um diretor de escola. Ou será que seus salários, sendo maiores por vantagens adquiridas são os fatores responsáveis?

É comum faculdades contratarem um

sem número de mestres e doutores enquanto determinado curso está em fase de aprovação pelo MEC. Tão logo o curso é aprovado, tais professores são demitidos e substituídos por especialistas, com salários bem

menores. Um exemplo é a faculdade Euromericana, mestre em tal prática.

Na tentativa equivocada de preservar seus empregos, os professores não se aproximam de seu sindicato. Recebem-no de “cabeça baixa”, calados e pouco participam das reuniões e assembleias da classe. Elegem alguns “representantes” para este trabalho, o que fragiliza a luta pelas conquistas salariais e por melhores condições de trabalho que tanto almejamos. Sabemos que é a união que nos torna fortes.

Quantos serão os demitidos no final do ano? Será que você estará entre eles? Não dá para ficarmos inertes! Qualquer problema, ligue para nós e peça para falar com o Departamento das Particulares (Depart) pelos telefones: 321-5678, ou diretamente pelo 9963-4823 (Rodrigo) 9962-7649 (Francis).

Para conhecimento de todos, apresentamos a lista das escolas que mais demitiram no último período. As campeãs são:

1.CEUB	62
2.OBJETIVO – UNIP	60
3.CATÓLICA	45
4.INEI	42
5.UPI	30
6.JK	23
7.MACKENZIE	21
8.CANDANGUINHO	21
9.JESUS MARIA JOSÉ	20
10.FACULDADE DA TERRA	19

Reforma sindical: fortalecer os sin

Após a reforma previdenciária, o governo federal pretende aprovar no Congresso Nacional as reformas sindical e trabalhista. Para tanto instituiu o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), com composição tripartite (trabalhadores, patrões e governo), que tem como objetivo a construção de uma proposta negociada para reformar a legislação sindical e trabalhista brasileiras. De início, o FNT concluiu que a reforma trabalhista só será discutida após a aprovação da reforma sindical. É sobre a reforma sindical que pretendemos aqui dar nossa contribuição para o debate.

Os principais pontos negociados até o momento indicam importantes mudanças na estrutura sindical brasileira.

Para que os atuais sindicatos mantenham seu reconhecimento, terão de comprovar sua representatividade, regra válida também para os novos sindicatos. As taxas compulsórias de financiamento - **imposto sindical, taxa assistencial e contribuição confederativa** - serão extintas. O financiamento da atividade sindical passa a ser garantido pela mensalidade e uma "contribuição negociada", definida em assembléia e cobrada por ocasião das negociações coletivas e com teto definido em lei. As centrais sindicais serão finalmente reconhecidas.

A novidade é que os níveis superiores da estrutura sindical - *federações, confederações e centrais sindicais* - também poderão firmar contratos coletivos. Outra inovação é o conceito de **ramo de atividade**, que passa a orientar a abrangência dos contratos coletivos e a possibilidade de negociar e firmar acordos gerais, que estabeleçam direitos para o conjunto da classe trabalhadora.

Os novos parâmetros para o processo de negociação e contratação coletiva nos possibilitam superar a atual divisão em categorias profissionais. Com a implantação do novo modelo poderemos, por exemplo, unificar as lutas dos trabalhadores em educação: professores, profissionais em administração escolar, motoristas, asseio e conservação, vigias e outras categorias profissionais que, pelo modelo atual, são obrigadas a negociar separadamente, e que poderão ser unificados em um mesmo contrato, sem prejuízo das particularidades que devem ser observadas e regradas para cada atividade profissional. A superação de conflitos fecha este primeiro bloco de temas tratados pelo FNT.

O mérito da análise judicial passa a ser, quando for o caso, a conduta do(s) indivíduo(s), empresário(s) ou trabalhador(es), no decorrer do movimento, ou seja, atos anti-sindicais ou de puro vandalismo. O poder normativo da Justiça do Trabalho é mantido, mas é instituída a figura do árbitro, que pode ser convocado por acordo entre as partes.

Após a apresentação do projeto de Lei ao Congresso Nacional será aberto um prazo de 120 dias para a construção do modelo de negociação que atenda às particularidades do setor público. Os princípios e diretrizes gerais serão os mesmos. Isso será previsto no projeto de Lei, mas sabemos que nossa realidade exige um formato próprio de negociação e contratação coletiva que atenda, por exemplo, a autonomia dos entes da federação e o regime jurídico próprio.

Não existem garantias no processo de reforma da legislação sindical. A disputa é intensa, constante e podemos afirmar que a "partida" principal será

travada no Congresso Nacional. Não só porque é do Legislativo a competência para tal, mas também porque os setores que se opõem a qualquer mudança tentarão se valer das fragilidades de nosso Legislativo para manter seus privilégios. Não podemos nos esquecer que existem aproximadamente 20 mil sindicatos no Brasil, sendo grande parte sem qualquer representatividade e que se valem da unicidade sindical e das verbas compulsórias para manter privilégios para seus diretores e pequenos grupos de sustentação.

A proposta que está sendo construída no FNT reflete o consenso possível entre importantes setores do mundo do trabalho, condição para sua aprovação no Congresso Nacional; e estabelece novas bases para a relação de trabalho: eliminação do financiamento compulsório, representatividade como critério de reconhecimento dos sindicatos, instituição do conceito de atividade em detrimento da divisação imposta pela obrigatoriedade de negociar e contratar por categoria profissional, direito de greve, reconhecimento das centrais sindicais e representação sindical no local de trabalho são elementos que fundamentam o novo modelo e demonstram a importância do avanço que podemos obter.

Mas nossa tarefa não se limita à disputa por propostas no processo de reforma sindical. Temos de nos antecipar e buscar o fortalecimento de nossas entidades e central sindical a partir de já. Iniciar ou intensificar os esforços no sentido de unificar as lutas e formas de organização com as categorias profissionais que integram nosso ramo de atividade, reestruturar administrativa e financeiramente nossas entidades, ampliar o universo de serviços prestados, fortalecer e disseminar as iniciativas de formação sindical são tarefas imediatas e



que determinarão nossas possibilidades de aprofundar as conquistas por liberdade e autonomia sindical.

Setor Público

Esta é uma questão fundamental para os sindicatos de servidores públicos de todo o país. O direito à sindicalização dos servidores foi conquistado por ocasião da Constituição de 1988. Porém,

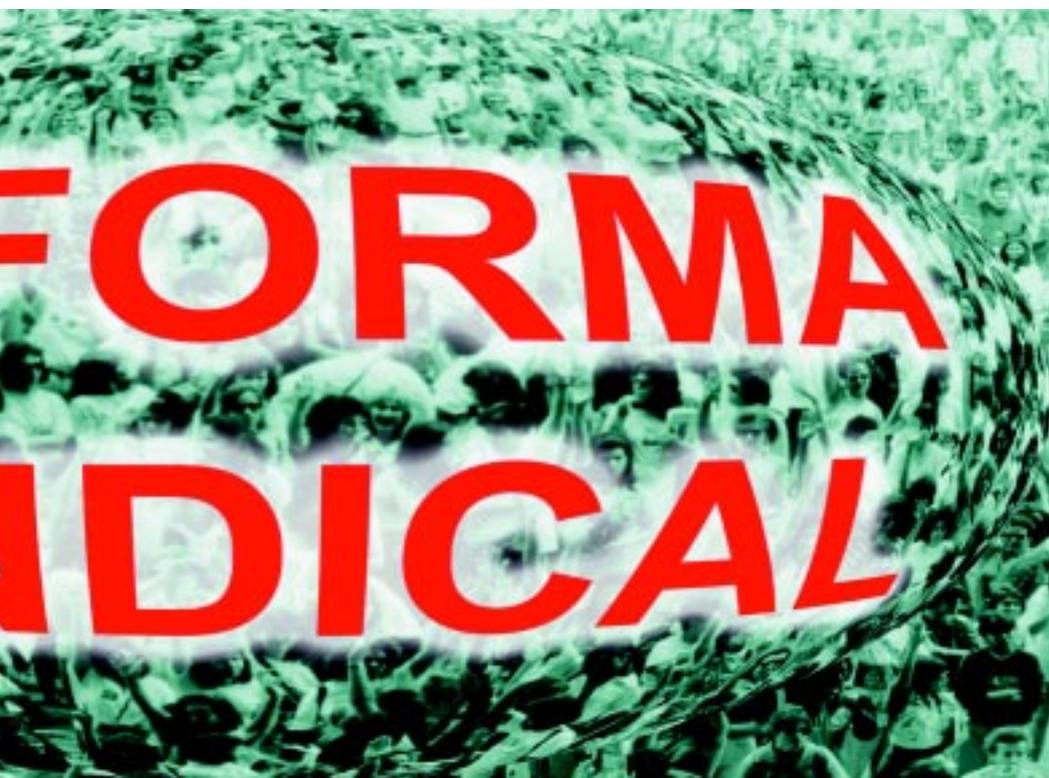
até hoje o direito de greve não foi regulamentado.

Outra questão prioritária é sobre o processo de **negociação coletiva** para os sindicatos de servidores públicos. Ou seja, uma legislação que permita a negociação entre os servidores através de seus sindicatos e o Estado, através do governo em suas diversas instâncias. Explicando melhor: hoje, os trabalhadores regidos pela CLT (atividade privada) além do contrato individual de trabalho, têm ainda a negociação coletiva, isto é, para cada catego-

NO CAMPO DA NEGOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO COLETIVA AS MUDANÇAS TAMBÉM SÃO SIGNIFICATIVAS. PELA PROPOSTA QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA A PRERROGATIVA DE NEGOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO COLETIVA SE MANTÉM COMO EXCLUSIVA DAS ENTIDADES SINDICAIS

O DIREITO DE GREVE PASSA A SER RECONHECIDO, OS TRIBUNAIS NÃO MAIS PODERÃO JULGAR A "LEGALIDADE" OU "ABUSIVIDADE" DO MOVIMENTO

Sindicatos e as negociações coletivas



ria profissional existe uma data-base, quando o sindicato dos trabalhadores apresenta aos patrões uma pauta de reivindicações na qual constam diversas reivindicações, como reajuste salarial, definição da jornada, benefícios à saúde, liberação de dirigentes sindicais, garantia contra a demissão imotivada etc. Estabelece-se um processo de negociação (pode ou não haver greve) que ao final assinam as partes um documento chamado *acordo coletivo* ou *convenção coletiva* de

trabalho. Durante o período de vigência (12 meses) as duas partes (empregados e patrões) são obrigadas a cumprir as cláusulas constantes do documen-

A PARTIR DE 1991 NOSSO REGIME DE TRABALHO PASSOU A SER O DA ANTIGA LEI 1.711 E, POSTERIORMENTE, DA LEI 8.112/90 (RJU), QUE ESTABELECE AS REGRAS GERAIS DAS RELAÇÕES ENTRE O SERVIDOR E O ESTADO, MAS NÃO GARANTE O DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLETIVA E PERMITE QUE O GOVERNO MUDE AS “REGRAS DO JOGO” A TODA HORA, SEM CONSULTAR O SINDICATO

to. Quer dizer, estabelece-se uma relação de direitos e deveres para empregados e patrões.

Acontece que o trabalhador do serviço público não tem direito ao instrumento de negociação coletiva e, conseqüentemente ao acordo coletivo. Em outras palavras, fica mais ou menos assim: os sindicatos vão ao governo, pactuam verbalmente algumas questões e levam para a categoria. Se o governante for sério, tudo bem. Se for um governante que não respeita o servidor, as questões pactuadas com o sindicato ficam apenas na promessa. Ao sindicato não é dado nem o

direito de cobrar a promessa na justiça.

Na relação do Sinpro com o GDF existem inúmeros exemplos de des-

cumprimento das negociações. Um bem recente diz respeito ao retorno do pagamento do auxílio-transporte em pecúnia. Os companheiros se lembram que no início de 2003, numa negociação Sinpro/GDF ficou acertado que voltaríamos a receber o auxílio em dinheiro. O GDF chegou até mesmo a mandar um documento às escolas para que os professores fizessem a opção. Só que já faz um ano que a negociação foi feita e nada do GDF cumprir a palavra. E o Sinpro não tem onde se apegar judicialmente para exigir o pagamento, exatamente pela inexistência do acordo coletivo. Outro exemplo são as mudanças constantes nas regras de concessão de licença, remanejamento, distribuição de carga horária etc.

Nas discussões feitas até o momento no Fórum Nacional do Trabalho há um entendimento de que a reforma sindical deve estender as regras de negociação coletiva aos servidores públicos. No entanto, tais regras sequer começaram a ser discutidas, existindo apenas um compromisso do fórum de que elas serão regulamentadas 120 dias após o envio ao congresso do projeto de Lei que atenderá os trabalhadores da iniciativa privada.

Cabe a nós, professores do DF, assim como aos servidores de todo o país, preparar uma ampla mobilização para conquistar o direito à negociação coletiva. Cabe salientar que os professores do DF tiveram o acordo coletivo até 1990. Não é portanto obra do acaso o fato de que ao longo da década de 1990 e 2000 perdemos inúmeras conquistas, tais como a distribuição justa da nossa carga horária, a concessão “de fato” de licenças, a liberação de dirigentes sindicais, regras para a eleição direta dos diretores das esco-

las, entrega de atestados médicos diretamente nas escolas, reajuste anual de salários etc.

Cabe, por fim, alertar que o acordo coletivo não é um instrumento que substitui a mobilização, a luta, as manifestações, passeatas e até as greves.

É, sim, o instrumento que garante o cumprimento das conquistas arrancadas na luta.

- Para entender melhor

* *Imposto sindical*, como o próprio nome diz, é uma contribuição compulsória correspondente a um dia de trabalho por ano (cobrado no

mês de março), independente do trabalhador ser sindicalizado ou não. Do valor descontado do salário do trabalhador, parte vai para as confederações e outra parte é recolhida para o sindicato da categoria que o trabalhador pertence. É importante esclarecer, no entanto, que somente os trabalhadores regidos pela CLT contribuem com o imposto sindical. Os servidores públicos regidos pelo RJU não pagam tal imposto.

* *Acordo coletivo e convenção coletiva* têm o mesmo valor, a diferença é que o acordo é assinado entre o sindicato dos trabalhadores e um patrão, enquanto que a convenção é assinada entre um sindicato dos trabalhadores e um sindicato patronal. Aqui em Brasília assinamos anualmente uma convenção coletiva com o Sinepe (Sindicato dos donos das escolas particulares de educação básica e com o Sindepes, Sindicato dos donos das faculdades particulares).

NÃO EXISTE PARA O SERVIDOR PÚBLICO UM INSTRUMENTO QUE LHE GARANTA A MANUTENÇÃO DOS DIREITOS CONQUISTADOS, MUITAS VEZES EM GREVES DURÍSSIMAS

EDUCAÇÃO

Falta de educadores ameaça a próxima década

A ausência de políticas públicas de valorização dos profissionais de educação e o grande volume de aposentadorias traçam um quadro preocupante no campo da educação em toda a América Latina. Somente no Brasil cerca de um milhão de trabalhadores do setor devem se aposentar na próxima década, ou seja, cerca de 40% dos profissionais em atividade. “Se não forem tomadas medidas imediatas, tanto pelos diversos níveis de governo, quanto na reavaliação dos critérios de financiamento do Banco Mundial, por exemplo, a projeção é que a partir de 2.015 teremos carências sérias de educadores”, avalia o deputado Carlos Abicalil (PT-MT), ex-presidente da CNTE.

Vice-presidente para a América Latina da Internacional da Educação (IE), entidade que reúne sindicatos que representam 24 milhões de trabalhadores em todo o mundo, Abicalil participou no início de março, na Costa Rica, da reunião

preparatória para o congresso trienal da IE, que será realizado de 22 a 27 de julho, em Porto Alegre. Durante a reunião foi feito um diagnóstico da conjuntura da educação na América Latina.

Com base em avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os organizadores do congresso constataram que o projeto de educação implantado há uma década no Chile e que nos últimos tempos era apontado como modelo no setor educacional, na verdade ampliou as desigualdades regionais e sociais, ao incentivar a municipalização e a retirada do setor público da gestão da escola. “Detectou-se que esse sistema privilegia as camadas de maior poder aquisitivo”, afirmou.

Sobre a carência crônica de profissionais da educação, salientou que esse é um fenômeno que atinge todos os países do mundo. Somente para repor a demanda atual seriam necessários 15 milhões de trabalhadores na próxima década. Há um “envelhecimento” generalizado dos

profissionais e a incorporação de novos quadros não se faz com a perenidade necessária. Os concursos de professores das escolas públicas no Brasil mostram isso: milhares de pessoas participam da seleção, mas a média de permanência na profissão é cada vez menor.

Financiamento - Para os integrantes do congresso da IE, que terá como tema **Educação para o Progresso Global**, é preciso discutir o financiamento público da educação e rever as regras que as agências internacionais estabelecem para fazer investimentos. “O modelo econômico imposto pelos organismos internacionais aos países endividados, com a necessidade de ajustes e de manter o superávit primário, dificulta o desenvolvimento de políticas para reverter esse quadro”, salientou o deputado. O congresso irá reafirmar a defesa da premissa básica de que o dever da educação é do poder público, inclusive no ensino superior, e de que a educação não é mercadoria, é direito dos cidadãos.

5º CONED ANALISARÁ SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PAÍS

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública realizará no período de 2 a 5 de maio o **5º Congresso Nacional de Educação (Coned)**, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife. O principal objetivo do encontro é avaliar as políticas educacionais implementadas em nosso país nos âmbitos federal, estadual e municipal, tendo como referência o Plano Nacional de Educação (PNE). O tema será: **Educação Pública, gratuita e de qualidade é direito de todos e dever do Estado**.

Ao longo de sua existência, o Fórum e as entidades que dele fazem parte foram, em inúmeras situações e ocasiões, assumindo o seu papel como espaço crítico e combativo em relação às políticas de regulação e gestão desenvolvidas, buscando criar, ao mesmo tempo, a posição consensuada. Além de analisar a educação brasileira, o 5º Coned irá lançar as bases para reorganizar os fóruns estaduais em defesa da escola pública, iniciando a mobilização da sociedade civil para propor e exigir ações governamentais em defesa da escola pública.

Para mais informações
acessar o site: www.cnte.org.br

Aumenta a participação da mulher no mercado de trabalho e na chefia dos lares

Uma das principais mudanças nas relações de gênero ocorrida no Brasil nos últimos anos é o incremento do número de domicílios com chefia feminina e o aumento consistente da presença da mulher no mercado de trabalho. A análise é do **Dieese** – Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Segundo o Dieese, a chefia feminina dos lares estava presente em 19,3 dos domicílios em 1992, com evolução para 25,5% em 2002, último ano de pesquisa realizada pelo IBGE, o que repre-

senta um crescimento de 32,1% em apenas dez anos. Esse fenômeno ocorre principalmente nas áreas urbanas, já que lá 72,4% dos domicílios são chefiados por homens, contra 27,6% por mulheres. Nas regiões rurais a regra ainda permanece a mesma: 86,4% dos lares são chefiados por homens.

Apesar disso, a tendência do percentual de mulheres crescer está em todo o país: no Norte, por exemplo, 46,4% dos domicílios são chefiados por mulheres; e no Sul, são 43,4% dos lares.

A crescente participação feminina no mercado de trabalho e na chefia de do-

micílios não alterou uma situação desfavorável às mulheres: o homem quando responsável pela casa, dispõe quase sempre da gestão compartilhada com a mulher. Já as mulheres, não: além de gerirem os lares sozinhas, enfrentam a discriminação do mercado de trabalho e percebem, na maioria dos casos, salários inferiores aos dos homens.

As mulheres ocupam, em maior proporção, postos de trabalho vulneráveis, com trabalho sem carteira assinada, serviços autônomos voltados para o público e para os trabalhos familiares.

A participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho mostra que no DF houve melhora para as mulheres, mas ainda assim inferior ao que houve com os homens no restante do país. Assim, as mulheres no DF em 1998 tinham 54,2% de taxa de ocupação e passaram para 58,1%, contra evolução de 70,8% para 72% dos homens.

O desemprego no DF, mostra a pesquisa do Dieese, atingiu mais as mulheres, tendo crescido 8,6% de 1998 para 2003, contra apenas 1,5% para os homens no mesmo período.



De Olho em Seus Direitos

A aposentadoria do professor diante da reforma da previdência

As novas regras de aposentadoria estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, denominada de Reforma da Previdência, afetam os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, basicamente quanto aos seguintes aspectos: a aposentadoria voluntária fica condicionada ao servidor ter cumprido efetivo exercício no serviço público por 10 anos e, no

cargo por cinco anos. **Do professor é exigida a idade de 55 anos e 30 anos de contribuição em funções exclusivamente de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Já a professora pode se aposentar com 50 anos de idade e 25 anos de contribuição, nas mesmas condições que o professor.** A aposentadoria continua sendo integral

para os servidores que ingressaram no serviço público até o dia 19 de dezembro de 2003. Os admitidos após a referida data, já não mais têm a garantia de receber na aposentadoria a remuneração que iriam receber.

• GAL - GATE ACUMULAM?

Não há qualquer impedimento para que o professor que trabalhe com alfabetização de alunos portadores de necessidades especiais receba as duas gratificações.

Direitos dos pacientes de câncer

No último **Quadro Negro**, anunciamos o livro de Antonieta Barbosa, "Câncer, direito e cidadania". A publicação, que faz um amplo levantamento dos direitos dos portadores da doença, pode ser adquirida nas livrarias Siciliano, ao preço de R\$ 40.

PROFESSOR AFASTADO POR LICENÇAS PREVISTAS EM LEI

A Lei do DF nº 2.663/2001 estabelece a possibilidade dos servidores do Distrito Federal com carga horária semanal de 30 horas poderem optar pela carga horária de 40 horas. Esta lei não é aplicada aos professores da rede pública de ensino, que tem legislação específica que dispõe sobre a carga horária semanal de 20 horas, de 40 horas ou a de 40 horas com dedicação exclusiva.

O Decreto nº 24.357/2004, que regulamenta a Lei do DF nº 2.663/2001, que, como dito, não é aplicável aos professores, dispõe em seu artigo 5º que o servidor optante pelo regime de 40 horas que for afastado por licenças previstas em lei, com exceção da licença para o tratamento de saúde, participação em cursos ou treinamentos de interesse da Administração e de férias, perderá automaticamente o regime de 40 horas.

Atenção: no caso de professor, não há qualquer modificação da sua carga horária de 40 horas em decorrência de afastamento por qualquer licença prevista em lei. Como mencionado, a Lei do DF nº 2.663/2001 e seu Decreto regulamentar de nº 24.357/2004 não são aplicáveis aos professores, em razão de serem regidos por norma especial.

É princípio básico de hermenêutica jurídica que a norma especial derroga a norma geral. Portanto, mesmo sendo a Lei do DF nº 2.663/2001 destinada "a todas as carreiras do serviço público do Distrito Federal", ela não alcança aquelas que têm regulamentação da carga horária semanal por norma especial, como é o caso do professor.

Irregularidade na formação das Comissões de Sindicância

A Lei nº 981/95 assegura que na constituição das comissões de sindicância, inquéritos administrativos e tomadas de contas especiais, nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas

e sociedades de economia mista, tem que ter pelo menos um representante do corpo funcional indicado por entidade associativa que os represente.

O Sindicato dos Professores detectou que a referida Lei nº 981/95 não vem sendo cumprida pela Secretaria de Educação, fato este que é causa de nulidade de todo o funcionamento de comissões

disciplinares constituídas sem que houvesse um representante dos servidores.

Assim, o professor que tenha sofrido há menos de cinco anos qualquer punição com base em comissão de sindicância que tenha funcionado sem a presença de um representante dos servidores, deve procurar o Sindicato para tentar anular na Justiça a punição.



Luciano Lacerda Pereira

Disciplina: Inglês
Escola: CEM Stella dos Cherubins – Planaltina
Permuta para: Outra escola em Planaltina 20 h (noturno)
Telefone: 388-1804/811-80803

Viviane Neves

Disciplina: Atividades
Escola: EC 62 de Ceilândia
Permuta para: Taguatinga
Telefone: 581-1331 - 81286691

Carmen Valéria Duarte de Lima

Disciplina: Atividades
Escola: Caic Bernardo Sayão P Sul Ceilândia
Permuta para: Samambaia
Telefone: 358.2016

Elaine A de Souza

Disciplina: Artes Cênicas/Educação Artística
Escola: Escola Parque 314 Sul
Permuta para: Taguatinga ou Ceilândia
Telefone: 361.7293 - 9286.1083

Maria de Lourdes C P Gadelha

Disciplina: Português (5ª a 8ª)
Escola: CEF 05 de Brasília
Permuta para: Guarã
Telefone: 382.0949 - 242.0931

Ednalda A G Silva

Disciplina: Atividades
Escola: CEE 01 - Gama - 40 horas
Permuta para: Somente 20 horas no Gama em qualquer escola.
Telefone: 556.7616

Rosângela da S Amorim

Disciplina: Matemática – 40 horas (5ª a 8ª)
Escola: EC 23 de Taguatinga (diurno)
Permuta para: Gama
Telefone: 9998-6342

Silvia Serva de Mendonça

Disciplina: História ou Geografia
Escola: CEF 209 de Santa Maria
Permuta para: Plano Piloto, N.B., Cruzeiro e Guarã
Telefone: 234-1751

Orliene Maria Vasconcelos

Disciplina: Artes
Escola: CEF 12 de Taguatinga
Permuta para: Asa Norte
Telefone: 340-2018 - 9649.1912

Adriana Tameirão de Moura

Disciplina: Português
Escola: CETELB – Riacho Fundo
Permuta para: Qualquer regional – redução p/ 20 h - noturno
Telefone: 9262-1501

Carla Gabriela de Oliveira

Disciplina: Atividades – 40 h
Escola: EC 403 Norte
Permuta para: Planaltina
Telefone: 8134-7019 - 389-2242

Roselise

Disciplina: Educação Física – 40 h
Escola: CEF 08 – QE 13/15 Guarã
Permuta para: Guarã/Plano Piloto 20 h
Telefone: 567-1432 - 9972-0766

Maxwell de Castro Silva

Disciplina: Atividades – 40 h
Escola: GRE Paranoá
Permuta para: Paranoá – São Sebastião - 20h
Telefone: 369-1117

Danielle dos Santos Evangelista

Disciplina: Atividades
Escola: GRE Santa Maria
Permuta para: CEF Santos Dumont Santa Maria
Telefone: 394-9089 - 8132-1633

Augusto Cezar Antunes

Disciplina: Matemática
Escola: CEM 02, Guarã
Permuta para: CEMAB, EIT ou qualquer escola no centro de Taguatinga - Telefone: 352-6637 - 9231511 - 8119-3887 - 563-4565

Margarete S de Macedo

Disciplina: Português, Literatura, Produção de Texto
Escola: EC 62 de Ceilândia
Permuta para: CEF ou CEM
Telefone: 374-7692 - 9956-0482

Tânia Cristina Braga Reis

Disciplina: Atividades
Escola: EC 39 de Ceilândia
Permuta para: Qualquer outra escola de Ceilândia de 40 h p/ 20 h
Telefone: 585-2783 - 8131-7686

Sandra da Silva

Disciplina: Artes Plásticas
Escola: Cruzairo - 5ª a 8ª também 2º grau
Permuta para: Asa Sul
Telefone: 8123-3117

Show baile comemora os 25 anos do Sinpro-DF

Dia: 17 de abril, a partir de 22 horas

Local: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade
Animação das bandas COISA NOSSA E SQUEMA
SEIS SHOW COM O CANTOR CHICO CÉSAR

*Vamos comemorar juntos os 25 anos
de lutas do nosso Sindicato*

Os convites para o baile são gratuitos, distribuídos em número de até três para cada professor sindicalizado, mediante apresentação do contracheque, das 8h às 17h30.

LOCAIS DE ENTREGA:

Sede do Sindicato – SCS, quadra 3, bloco A – Edifício do Professor.
Tel: 321-5678.

Subsede em Taguatinga – CNB 4, lote 3, loja 1. Tel: 562-2780 / 562-4856.

Subsede no Gama – SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106 – Tel: 556-9105.



Minha voz, meu instrumento de trabalho

Quais as conseqüências de falar em sala de aula sem o uso de técnicas vocais adequadas? Os professores podem danificar os delicados tecidos da laringe e produzir os nódulos ou “calos” vocais, e os edemas (inchaço das pregas vocais), entre outros. A categoria é a maior vítima desses distúrbios, devido ao não conhecimento das técnicas que podem ser utilizadas. Ensiná-las é o objetivo da Oficina “Minha voz, meu instrumento de trabalho”, promovida pelo diretor teatral Nivaldo Pereira da Silva.

Segundo ele, o curso abordará aspectos teóricos e práticos, com exercícios

de desenvolvimento da voz: técnicas vocais, dicção, entonação de voz, respiração, relaxamento, postura, equilíbrio do corpo, exercícios faciais e articulação.

Professores sindicalizados pagarão apenas R\$ 15. Não associado paga R\$ 20.

Confira os locais onde serão realizados os cursos:

Taguatinga: Teatro da Praça - dias 15 e 16 de abril, das 20 às 22h e 17 e 18 de abril, das 9 às 11h.

Teatro de Sobradinho – dias 24 e 25 de abril, das 9 às 11h.

Plano Piloto – auditório do Sinpro: 29 e 30 de abril, das 20 às 22h e 01 e 02 de maio, das 9 às 11h.

Informações pelo te: 9995-6808.

CULTURA

• Criatividade e inovação

Despertar e desenvolver a criatividade que existe em todos nós é o objetivo dos seminários e cursos que o professor Jayme do Nascimento Teixeira tem promovido na cidade. Autor de livros e ensaios como “O pensamento criativo de Einstein”, Jaime acredita que exercitar a criatividade em todos os campos do fazer humano é tarefa das mais urgentes nos dias de hoje, diante da velocidade com que o mundo está mudando.

Carl Rogers, um dos maiores psicólogos da atualidade, afirma que, a menos que os indivíduos, os grupos e as nações sejam capazes de imaginar, construir e rever de uma maneira criadora as novas formas de estabelecer relações com essas complexas mutações, as sombras irão crescer: “Não serão apenas as desadaptações pessoais ou as tensões de grupo que representarão o preço que teremos de pagar por essa ausência de criatividade, mas a própria aniquilação das nações”, acredita.

Para mais informações sobre os cursos com o professor Jayme ligar: 479-3861 ou enviar e-mail para jayme.jnt@bol.com.br.

• Educar para a igualdade racial

Até o dia 15 de abril o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) está aceitando inscrições para a segunda edição do prêmio **Educar para Igualdade Racial**. Podem participar professores da educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio que tenham experiências pedagógicas que incluam a temática racial e étnica dentro do ambiente escolar, visando a valorização da diversidade humana e cultural.

O primeiro colocado em cada uma das categorias receberá R\$ 7 mil, o segundo, R\$ 4 mil e o terceiro R\$ 2 mil. Todos os finalistas receberão um kit contendo as publicações do CEERT e terão suas experiências difundidas como exemplo de boas práticas.

Para mais informações e inscrições acesse o site: www.ceert.org.br.

SARAU MOVIMENTA TAGUÁ

Será realizado na próxima terça-feira, dia 6 de abril, à partir das 20h, o 29º Sarau da Tribo das Artes, no Cantoria MPBar, na Praça do DI em Taguatinga. De acordo com o professor Rüter José de Lima haverá apresentação de grupos de música, dança, teatro, poesia e lançamentos literários. Vale lembrar que este evento acontece em toda 2ª terça-feira do mês, no local citado.

Todas as matérias são de responsabilidade da Secretaria de Imprensa e do Conselho Editorial, exceto aquelas assinadas por seus autores.

Sinpro-DF - SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111, Tel.: 321-5678 Fax: 226-7743, 226-9533 (Imprensa) CEP: 70.300-500 - Brasília-DF - Subsede em Taguatinga, CNB 4, lote 3, loja 1, telefax 562-4856 e 562-2780. - Subsede no Gama - SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106 - Telefax: 556-9105 - www.sinprodf.org.br - e-mail: imprensa@s.inprodf.org.br -

Jornalistas - Afonso Costa e Junia Lara -

Fotografia - Welber Souza - **Diagramação** - Wellington Braga

Impressão - Plano Piloto - Serviços Editoriais - **Tiragem** - 31.000 exemplares

Diretoria Colegiada do Sinpro

Adalberto Duarte de Oliveira
 Adilson César de Araújo
 Antonio Ahmad Usuf Dames
 Antônio de Lisboa Amâncio Vale
 Carlos Antoneto de Souza Lima
 César Santos Ferreira
 Cláudia Alves Pinheiro
 Cláudia Maria do Amaral de Souza
 Denilson Bento da Costa
 Francis Franqueira Fernandes

Francisco Barbosa
 Francisco Joaquim Alves
 Isabel Portuguese de Souza Felipe
 Jalma Fernandes de Queiroz
 José Antônio Gomes Coelho
 José Norberto Calixto
 José Raimundo Souza Oliveira
 Márcia Gilda Moreira
 Maria Augusta Ribeiro
 Maria Bernardete Diniz da Silva
 Maria José Correia Muniz

Nelson Moreira Sobrinho
 Robson de Paiva Salazar
 Rodrigo Pereira de Paula
 Rubens Guedes Memória
 Sebastião Honório dos Reis
 Valdenice de Oliveira
 Valesca Rodrigues Leão
 Washington Luis D. Gomes

Secretaria de Imprensa

Augusta - César Santos -
 José Antonio